

EDUCAÇÃO HÍBRIDA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DIGITAL: CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO E A INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA EM SÃO LUÍS/MA

HYBRID EDUCATION IN THE CONTEXT OF DIGITAL EDUCATION POLICY: PATHWAYS TO INNOVATION AND INCLUSION IN SÃO LUÍS/MA PUBLIC SCHOOLS

EDUCACIÓN HÍBRIDA EN EL CONTEXTO DE LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN DIGITAL: CAMINOS PARA LA INNOVACIÓN Y LA INCLUSIÓN EN LA ESCUELA EN SÃO LUÍS/MA

Rosinete de Jesus Silva Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Correia Almeida
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com professores da rede pública de São Luís (MA). O objetivo foi investigar como os docentes compreendem e vivenciam a educação híbrida no contexto da Política Nacional de Educação Digital (PNED). A investigação combinou revisão de literatura, análise documental de legislações e diretrizes oficiais, além de questionário eletrônico com questões abertas e fechadas. Os dados foram organizados em eixos temáticos — perfil profissional, infraestrutura, práticas pedagógicas, desafios e potencialidades — e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam barreiras estruturais, como falta de infraestrutura tecnológica, desigualdade de acesso e carência de formação docente, mas também apontam possibilidades de inovação pedagógica, ampliação do protagonismo estudantil e flexibilização do tempo e espaço de aprendizagem. Conclui-se que a educação híbrida, embora limitada por desigualdades históricas, configura-se como alternativa promissora para democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer práticas pedagógicas mais críticas e inclusivas.

Palavras-chave: Educação híbrida. Educação pública. Tecnologias digitais. Formação docente.

ABSTRACT. This article presents the results of a qualitative study conducted with public school teachers in São Luís (MA). The aim was to investigate how teachers understand and experience hybrid education within the context of the National Digital Education Policy (PNED). The research combined a literature review, documentary analysis of legislation and official guidelines, as well as an online questionnaire with both open- and closed-ended questions. The data were organized into thematic categories — professional profile, infrastructure, pedagogical practices, challenges, and potentialities — and analyzed using content analysis techniques. The findings highlight structural barriers, such as lack of technological infrastructure, unequal access, and insufficient teacher training, but also point to possibilities for pedagogical innovation, the enhancement of student agency, and greater flexibility in learning time and space. It is concluded that hybrid education, although constrained by historical

inequalities, emerges as a promising alternative for democratizing access to knowledge and strengthening more critical and inclusive pedagogical practices.

Keywords: Hybrid Education. Public Education. Digital Technologies. Teacher Training.

RESUMEN. Este artículo presenta los resultados de una investigación cualitativa realizada con profesores de la red pública de São Luís (MA). El objetivo fue investigar cómo los docentes comprenden y experimentan la educación híbrida en el contexto de la Política Nacional de Educación Digital (PNED). La investigación combinó revisión de literatura, análisis documental de legislaciones y directrices oficiales, además de un cuestionario electrónico con preguntas abiertas y cerradas. Los datos fueron organizados en ejes temáticos — perfil profesional, infraestructura, prácticas pedagógicas, desafíos y potencialidades — y analizados mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados evidencian barreras estructurales, como la falta de infraestructura tecnológica, la desigualdad en el acceso y la carencia de formación docente, pero también señalan posibilidades de innovación pedagógica, la ampliación del protagonismo estudiantil y la flexibilización del tiempo y del espacio de aprendizaje. Se concluye que la educación híbrida, aunque limitada por desigualdades históricas, se configura como una alternativa prometedora para democratizar el acceso al conocimiento y fortalecer prácticas pedagógicas más críticas e inclusivas.

Palabras clave: Educación Híbrida. Educación Pública. Tecnologías Digitales. Formación Docente.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação tem experimentado transformações profundas impulsionadas pela expansão das tecnologias digitais e pela crescente digitalização da vida cotidiana. A chamada transformação digital no campo educacional ultrapassa o uso instrumental de dispositivos tecnológicos em sala de aula: ela implica uma reconfiguração dos processos de ensino e aprendizagem, das relações entre docentes e discentes e das práticas pedagógicas em si (Kenski, 2021; Moran, 2018).

Nesse cenário, o Brasil avançou ao instituir a Política Nacional de Educação Digital (PNED) por meio da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. A política estabelece diretrizes para a inclusão digital educacional, o desenvolvimento de competências digitais e o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (Brasil, 2023). A PNED busca garantir o acesso equitativo às tecnologias digitais, reduzir desigualdades históricas no acesso à internet e a dispositivos, e fomentar práticas pedagógicas inovadoras que incorporem o uso crítico e responsável das tecnologias digitais no currículo da educação básica.

A pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, acelerou esse processo ao demandar soluções emergenciais para continuidade do ensino. Vídeos do YouTube, podcasts, memes, blogs e outras mídias passaram a ser incorporadas às práticas pedagógicas,

revelando o potencial das linguagens digitais para ampliar a comunicação e a aprendizagem. Práticas como o uso de aplicativos, jogos educativos e metodologias ativas¹, como a sala de aula invertida, tornaram-se centrais naquele período. Nesse contexto, o ensino remoto emergencial pode ser compreendido como uma manifestação concreta do hibridismo cultural, uma vez que rompeu fronteiras tradicionais entre o lar e a escola, o virtual e o presencial, o formal e o informal (Canclini, 1997; Bacich & Moran, 2018).

A educação híbrida, assim, se consolidou como uma proposta metodológica que busca integrar momentos presenciais e online, promovendo uma aprendizagem mais ativa, personalizada e centrada no estudante. No entanto, persiste o questionamento: como esse modelo tem sido compreendido e vivenciado por professores de diferentes contextos? Que transformações ele tem, de fato, promovido diante das desigualdades estruturais que marcam a realidade educacional brasileira?

Com o intuito de aprofundar essa reflexão, este estudo investigou a percepção dos professores da rede pública da cidade de São Luís, capital do Maranhão, acerca da educação híbrida no contexto da implementação da PNED. Trata-se de compreender como esses profissionais avaliam os desafios, as possibilidades e as condições reais de efetivação de práticas pedagógicas híbridas em suas escolas.

O estado do Maranhão, apesar de avanços recentes, ainda apresenta índices desafiadores na educação básica. Em 2023, alcançou 3,7 no Ideb do Ensino Médio (18ª posição nacional), 4,1 nos anos iniciais e 4,8 nos finais do fundamental. As desigualdades estruturais persistem, dificultando a efetivação de políticas como a PNED. Em contrapartida, o estado tem investido em inovação, como a criação do Núcleo de Inovação e Educação Híbrida (2024) e a meta de universalizar a internet nas escolas até 2026. Tais iniciativas revelam esforço político relevante, embora sua efetividade dependa da continuidade dos investimentos e do acompanhamento dos planos educacionais.

Dessa forma, este artigo se propõe a analisar como os professores da rede pública de São Luís percebem a educação híbrida e as transformações que ela vem produzindo —

¹ De acordo com Moran (2015), as metodologias ativas são estratégias de ensino-aprendizagem que colocam o estudante no centro do processo educativo, estimulando sua participação, autonomia e protagonismo na construção do conhecimento. Nelas, o papel do professor é de mediador, orientando a aprendizagem por meio de situações práticas, reflexivas e colaborativas, que exigem a resolução de problemas, a tomada de decisões e a aplicação de conceitos em contextos reais ou simulados.

ou não — em suas práticas pedagógicas, considerando a diversidade social e cultural que caracteriza a educação no Brasil.

2 EDUCAÇÃO HÍBRIDA: CONCEITOS E PRÁTICAS

O conceito de educação híbrida, também denominado *blended learning*, vem se consolidando como uma das principais estratégias para integrar metodologias tradicionais e inovadoras, articulando de forma planejada e intencional, momentos presenciais e virtuais. Diferentemente de uma simples alternância entre atividades online e presenciais, o modelo híbrido pressupõe uma integração pedagógica significativa entre espaços, tempos, linguagens e recursos, promovendo uma experiência de aprendizagem contínua e coerente (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2015).

De acordo com o Manual de Educação Híbrida do Ministério da Educação (2025), a educação híbrida caracteriza-se pela “combinação planejada de tempos, espaços, metodologias e recursos presenciais e digitais para potencializar a aprendizagem” (Brasil, 2025, p. 19). Ainda segundo o documento, diversas denominações — como ensino híbrido, ensino misto, aprendizagem híbrida, ensino semipresencial ou bimodal — refletem diferentes concepções, mas é fundamental compreender que educação híbrida não se resume a misturar presencial e online. Trata-se de uma abordagem que entende ensino e aprendizagem como processos interdependentes, integrados e contextualizados (Brasil, 2025, p. 18).

O Manual enfatiza, ainda, que a educação híbrida coloca os professores como protagonistas ativos, responsáveis por acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, promovendo ajustes e replanejamentos constantes nos momentos presenciais e virtuais. Nesse sentido, docentes não atuam apenas como motivadores, mas como mediadores e organizadores do processo educativo, utilizando metodologias inovadoras e participativas para potencializar a aprendizagem. Autores como Horn e Staker (2015) e Valente (2019) reforçam que a centralidade está na autonomia e protagonismo do estudante, rompendo com modelos de ensino transmissivos.

No contexto da escola pública, entretanto, a implementação da educação híbrida precisa considerar desigualdades de acesso, infraestrutura precária e carência de formação docente (Kenski, 2021; Lima; Silva, 2021). Assim, não se trata de importar modelos prontos, mas de desenvolver práticas contextualizadas, alinhadas às realidades

socioculturais locais. Segundo Bacich e Moran (2018), a educação híbrida envolve muito mais do que a reorganização logística das atividades escolares. Ela demanda uma reconfiguração do papel do professor, que se torna mediador do conhecimento, e dos estudantes, que assumem posturas ativas, investigativas e colaborativas.

O modelo híbrido pode ser implementado por meio de diferentes estratégias. A sala de aula invertida, (*Flipped classroom*), configura-se como uma metodologia ativa que propõe a reorganização do tempo e do espaço escolar, deslocando a exposição inicial dos conteúdos para momentos fora do ambiente presencial e reservando o tempo presencial para aplicação prática, debates e resolução de problemas. Este modelo favorece o protagonismo discente e desenvolvimento de competências críticas. O segundo modelo é o de Rotações por Estações (*Station Rotation*) que organiza a sala em estações de aprendizagem, que alternam entre uso de tecnologias, mediação docente e atividades colaborativas, que amplia personalização, autonomia e trabalho em equipe (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2015). E o terceiro modelo é o Laboratório Rotacional (*Lab Rotation*), uma metodologia que divide os estudantes em grupos e alternam entre a sala de aula e espaços tecnológicos (laboratórios de informática ou tablets/laptops). Este modelo permite melhor aproveitamento da infraestrutura disponível e favorece acompanhamento mais próximo do professor (Staker, 2015; Moran, 2021).

Entretanto, o funcionamento desses modelos está diretamente condicionado à formação dos profissionais da educação. Como afirma o Manual de Educação Híbrida (BRASIL, 2025), “a qualificação dos professores é um dos pilares para a efetiva implementação da educação híbrida, sendo necessário investir em formação continuada com foco na cultura digital e no uso pedagógico das tecnologias” (Brasil, 2025, p. 29).

2.1 Convergência entre Educação Híbrida e a Política de Educação Digital

A expansão da Educação Híbrida no Brasil tem se fortalecido a partir da aprovação da Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533/2023, e da criação da Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH), regulamentada pela Portaria MEC nº 865/2022 (Brasil, 2022). Ambas visam ampliar a inclusão digital, desenvolver competências para o século XXI e fomentar práticas pedagógicas inovadoras mediadas por tecnologias, evidenciando a convergência entre políticas públicas e os objetivos da Educação Híbrida.

A PNED estrutura-se em quatro eixos — Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Capacitação e Especialização Digital e Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação — que se articulam diretamente com os objetivos da Educação Híbrida, promovendo a integração de momentos presenciais e virtuais, o protagonismo estudantil e a flexibilidade do ensino. Entre os principais desafios, destacam-se barreiras infraestruturais e a insuficiência de formação técnico-pedagógica. Souza et al. (2025) enfatizam que, embora a Educação Híbrida ofereça caminhos inovadores e permita a reorganização do espaço educativo, fatores como conectividade instável, escassez de equipamentos e lacunas na capacitação docente comprometem sua consolidação. Muitos professores relatam dificuldades em integrar metodologias digitais ao planejamento tradicional, resultando em sobrecarga de trabalho e impacto negativo sobre o bem-estar profissional.

2.2 A Criação da Rede de Inovação para a Educação Híbrida

A criação da Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH), regulamentada pela Portaria MEC nº 865/2022, converge com os princípios da Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533/2023. Ambas visam promover a transformação digital da educação brasileira, com foco em equidade, desenvolvimento de competências digitais e inovação pedagógica. A RIEH pode ser compreendida como estratégia operacional da PNED, funcionando como plataforma de articulação entre União, estados e municípios para a efetivação de práticas pedagógicas híbridas.

O lançamento do Observatório Nacional de Educação Híbrida, em julho de 2025, representa um marco da RIEH. Com a função de monitorar, avaliar e fomentar a implementação de práticas híbridas, ele pode se consolidar como espaço estratégico de integração entre pesquisa, formação e prática pedagógica. Para cumprir esse papel, contudo, deve garantir transparência nos dados, articulação com universidades e institutos de pesquisa, além de escuta ativa de professores, estudantes e gestores escolares.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, voltada à compreensão das percepções, experiências e práticas de docentes da Educação Básica pública de São Luís (MA) acerca da implementação da educação híbrida no período pós-pandêmico. A escolha dessa

abordagem justifica-se por sua capacidade de captar significados e interpretações atribuídos pelos sujeitos ao seu contexto educacional (Bogdan; Biklen, 1994).

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos em Educação a Distância e Educação Digital da Universidade Federal de Minas Gerais que pesquisa modelos formativos mediados por tecnologias digitais com foco em inclusão, inovação e equidade. A metodologia envolveu duas etapas principais:

Revisão de literatura e análise documental – foram considerados textos publicados entre 2020 e 2025, com destaque para Moran (2020), Bacich e Moran (2021), Kenski (2021) e Selwyn (2022). Também foram analisadas legislações e diretrizes do Ministério da Educação, como a Política Nacional de Educação Digital (BRASIL, 2023) e o Manual de Educação Híbrida (Brasil, 2025). A seleção obedeceu a critérios de atualidade, relevância temática e pertinência teórica.

Levantamento empírico – foi aplicado um questionário eletrônico a professores das redes municipal e estadual de São Luís, composto por perguntas abertas e fechadas. As questões foram organizadas em cinco eixos: 1) perfil profissional; 2) infraestrutura e condições de trabalho; 3) práticas pedagógicas; 4) desafios na implementação da educação híbrida; e 5) percepções sobre potencialidades da modalidade. O instrumento foi anônimo e não exigiu identificação, respeitando os princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016.

A coleta ocorreu entre junho e agosto de 2025. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), que permitiu identificar padrões, recorrências e singularidades nas respostas dos participantes.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Perfil do docente no contexto escolar

A análise do perfil da amostra, composta por 18 respondentes, revela um predomínio de docentes do sexo feminino, em sua maioria mulheres cisgênero, com faixa etária concentrada entre 45 e 55 anos ou mais. Esse perfil indica um corpo docente experiente, com trajetória profissional que varia de 4 a 29 anos de atuação, especialmente nas redes estaduais de ensino. A maior parte dos professores possui graduação na área de sua atuação e leciona nas disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências, Matemática e Língua

Inglesa, atuando predominantemente no Ensino Médio, seguido pelo Ensino Fundamental II e I. Esse panorama sugere que a experiência acumulada ao longo dos anos pode estar atrelada à persistência de práticas tradicionais de ensino, o que demanda mudanças significativas para a incorporação de metodologias inovadoras (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2015). Nesse sentido, torna-se essencial o desenvolvimento de competências específicas voltadas à educação digital, capazes de ampliar a intencionalidade pedagógica e promover uma prática docente mais alinhada às demandas contemporâneas.

4.2 Formação e infraestrutura para a educação digital

No que concerne à formação e infraestrutura para a educação digital, a análise dos dados revela uma significativa heterogeneidade na formação dos docentes em educação digital. Enquanto alguns professores participaram de capacitações específicas voltadas para a educação híbrida, uma parcela expressiva nunca teve contato formal com essas práticas. Essa lacuna formativa compromete a atuação docente em ambientes digitais, especialmente no que diz respeito à mediação pedagógica e à adaptação de estratégias de ensino.

Paralelamente, observa-se que a infraestrutura tecnológica das escolas apresenta sérias limitações. Entre os principais obstáculos estão a instabilidade na conexão com a internet, a escassez de dispositivos digitais e a ausência de suporte técnico adequado. Esses fatores dificultam a implementação efetiva do modelo híbrido, sobretudo no contexto da escola pública.

Esses achados corroboram os alertas de Kenski (2021) e Lima e Silva (2021), que enfatizam a importância de considerar as desigualdades de acesso e as condições estruturais ao propor a adoção de metodologias digitais. Ignorar essas variáveis pode resultar na reprodução ou até no agravamento das disparidades educacionais já existentes.

De acordo com o Manual de Educação Híbrida do MEC (2025), a efetivação desse modelo pedagógico exige uma articulação planejada entre espaços, tempos, metodologias e recursos. O professor deve assumir o papel de mediador da aprendizagem, ajustando continuamente os momentos presenciais e virtuais com base no acompanhamento do desempenho dos estudantes (Brasil, 2025). Nesse sentido, a ausência de formação adequada e de suporte técnico limita a intencionalidade pedagógica – elemento central na concepção da educação híbrida defendida por Valente (2019).

4.3 Implementação e práticas da educação híbrida

Os dados revelam que a adoção de práticas híbridas ainda é incipiente nas escolas públicas, sendo observadas raras ou parciais integração entre atividades presenciais e online. Algumas estratégias mencionadas pelos docentes incluem sala de aula invertida, rotações por estações e uso de laboratórios rotacionais ou plataformas digitais como Google Classroom e Canvas. Entretanto, muitas vezes as atividades online funcionam apenas como reforço ou avaliação, sem a articulação intencional proposta pelo modelo híbrido (Horns; Staker, 2015; Bacich; Moran, 2018).

Segundo Bacich e Moran (2018), a educação híbrida não se restringe à alternância entre momentos presenciais e online: ela pressupõe a integração pedagógica significativa, a reorganização do tempo, espaço e linguagens, e o protagonismo do professor e do estudante no processo educativo. Assim, a implementação parcial observada nas escolas da amostra aponta para a necessidade de formação continuada e planejamento estruturado.

4.4 Conhecimento e percepção sobre a PNED

O conhecimento sobre a Política Nacional de Educação Digital (PNED) é parcial entre os docentes, e poucas escolas demonstram ações sistemáticas de implementação de seus eixos. Apesar disso, há consenso de que a PNED tem potencial para reduzir desigualdades tecnológicas, promovendo acesso a recursos digitais, capacitação docente e inclusão digital. Esta percepção está alinhada com a concepção de educação híbrida como estratégia democrática e emancipadora, que busca ampliar oportunidades de aprendizagem e equidade no contexto da escola pública (Kenski, 2021; Lima; Silva, 2021).

4.5. Desafios e benefícios da educação híbrida

A implementação da educação híbrida no Estado de nossa mostra, enfrenta desafios significativos que impactam diretamente a efetividade dessa modalidade pedagógica. Entre os principais obstáculos relatados pelos docentes estão a falta de infraestrutura tecnológica, a insuficiente formação pedagógica para o uso de tecnologias digitais, o baixo acesso dos alunos à internet, a resistência da gestão escolar e a sobrecarga de trabalho docente. Tais limitações reforçam a necessidade de condições estruturais adequadas, de suporte técnico e de capacitação continuada dos professores para que a educação híbrida seja implementada de forma efetiva e intencional (Brasil, 2025; Bacich; Moran, 2018).

Apesar desses desafios, os docentes destacam os benefícios potenciais da educação híbrida, entre os quais se incluem o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e socioemocionais, maior flexibilidade e autonomia dos estudantes, aprendizagem mais personalizada e engajante, além da possibilidade de tornar as aulas mais dinâmicas e interativas. Esses aspectos estão alinhados com os princípios da aprendizagem centrada no estudante, nos quais o professor atua como mediador e facilitador do conhecimento, promovendo um protagonismo ativo do aluno (HORNS; STAKER, 2015; VALENTE, 2019).

Assim, mesmo em contextos com restrições de infraestrutura, a educação híbrida apresenta um potencial significativo para ampliar oportunidades de aprendizagem, promover a personalização do ensino e contribuir para a formação de estudantes mais autônomos, críticos e engajados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a educação híbrida desponta como um caminho estratégico para a inovação pedagógica na escola pública brasileira, ao articular momentos presenciais e virtuais e favorecer uma aprendizagem mais ativa e centrada no estudante. Contudo, os resultados mostram que sua efetivação ainda encontra barreiras significativas em São Luís (MA): insuficiência de infraestrutura tecnológica, instabilidade da conectividade, desigualdades no acesso a dispositivos digitais e ausência de formação docente sistemática para práticas digitais.

Esses achados reforçam que a implementação da educação híbrida não pode ser reduzida à introdução de tecnologias, mas exige políticas públicas consistentes, planejamento pedagógico intencional e valorização do professor como mediador do conhecimento. A Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH) oferecem diretrizes relevantes, mas sua eficácia depende da articulação com projetos pedagógicos locais e do investimento contínuo em conectividade, infraestrutura e formação crítica dos educadores.

Entre as contribuições deste estudo, destacam-se: a identificação de percepções docentes sobre as possibilidades e limites da educação híbrida; o mapeamento de condições essenciais para sua consolidação (infraestrutura, formação continuada, suporte

técnico e articulação pedagógica); e a reflexão sobre a necessidade de alinhar políticas nacionais às realidades específicas da escola pública.

Como limites, ressalta-se a restrição geográfica da amostra (docentes de São Luís) e a utilização exclusiva de questionário eletrônico como instrumento de coleta. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo para outras regiões, incorporar gestores e estudantes e diversificar técnicas metodológicas, como entrevistas e observações em sala de aula.

Conclui-se que a consolidação da educação híbrida no Brasil depende, portanto, de um compromisso coletivo com a inovação educativa, a equidade e a qualidade da aprendizagem, garantindo que tecnologias e metodologias avancem de forma integrada, contextualizada e efetiva. Assim, o ensino híbrido não apenas amplia o acesso à educação, mas também contribui para a construção de um sistema educacional mais justo, democrático e capaz de preparar cidadãos críticos e autônomos para os desafios do século XXI.

6 REFERÊNCIAS

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). **Educação híbrida: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Portaria Nº 865, de 8 de novembro de 2022. **Institui a Rede de Inovação para a Educação Híbrida**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-865-de8-de-novembro-de-2022-443021071>

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 9, p. 1, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.533-de-11-de-janeiro-de-2023-455154987>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual da Rede de Inovação em Educação Híbrida – RIEH**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/rieh/Manual_MEC_ebookRIEH.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Digital (PNED)**. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pontes e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1997

CASTRO, J. A.; MORAN, J. M. **Educação híbrida na prática:** um guia para personalizar o ensino e torná-lo mais ativo e eficaz. São Paulo: Penso, 2021.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended:** using disruptive innovation to improve schools. San Francisco: Jossey-Bass, 2015.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2021.

LIMA, C. A.; SILVA, C. S. da. **Educação híbrida e equidade:** desafios e possibilidades no contexto da escola pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e023491, 2021.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida:** por onde começar? In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 199–217.

SELWYN, N. **Education and Technology:** Key Issues and Debates. 3rd ed. London: Bloomsbury Academic, 2022.

SILVA, M. A.; BARBOSA, M. A. A. Inclusão digital e práticas pedagógicas inovadoras na escola pública. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 45, p. 344–360, 2020.

SOUZA, A.; SILVA, B.; PEREIRA, C. Desafios para a consolidação da educação híbrida no Brasil. In: MOURA, D.; ALMEIDA, F. (org.). **Educação híbrida: práticas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2025. p. 45-68.

VALENTE, J. A. **Tecnologias na educação:** entre usos e apropriações. Campinas: UNICAMP, 2019.

Sobre os autores

Rosinete de Jesus Silva Ferreira

Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso de Comunicação Social - Rádio e Televisão da mesma instituição. Coordenadora do Laboratório de Rádio (2013/atual). Pós Doutora em Comunicação e Artes pela Universidade de Aveiro. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especialista em Teoria da Comunicação pela Universidade do Ceará - UFC. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão -Curso de Rádio e Televisão. Líder e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Estratégias na Comunicação - GPECOM. Líder da linha Comunicação e Multimeios - COMULTI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Psicologia e Psicologia do Esporte (GEHPPE) e do Núcleo de Estudos em

Educação a Distância e Educação Digital/NEEDED. Atualmente Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA-PPGPSI. Tenho interesse em temas de fronteiras entre comunicação e psicologia; comunicação e cultura; educomunicação; comunicação e saúde; Comunicação e tecnologias; Comunicação e acessibilidade; audiovisual; gênero. Site de produção técnica <https://www.radiohibrida.ufma.br/> ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9020-758X>. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br

Ana Carolina Correia Almeida

Doutora e mestra em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Língua Inglesa (PUC Minas, 2006). Possui graduação em Pedagogia e em Letras, habilitação em Português, Inglês e Espanhol (PUC Minas, 2005). Atualmente é Diretoria Adjunta e co-coordenadora dos projetos de extensão da Diretoria de Educação a Distância e Educação Digital (DEDD) da UFMG. Foi professora do curso de Letras e do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É vice-líder do Núcleo de Estudos em Educação a Distância e Educação Digital (NEEDED/UFMG) cadastrado no CNPq e também é membro da Comissão Complementar à Autodeclaração Racial da UFMG. Tem experiência em docência, em extensão universitária e na produção de projetos pedagógicos/instrucionais para Educação a Distância mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS). Interesses: Ensino de Línguas com Tecnologias, Extensão Universitária, Educação a Distância, Educação Digital e Educação Especial e Inclusiva. E-mail: anacarolina2011@ufmg.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.